



## ATA da 1ª Reunião Ordinária

### do Conselho Municipal de Saúde de Rio das Ostras-CMS

Data: 13/01/2026 Início: 18:20h Término: 20:45

Ao décimo terceiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, os membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Rio das Ostras (CMS) reuniram-se para a 1ª Reunião Ordinária, na sala do CMS, situada na Rua Ethelberto Fontes, 290 Jardim Campomar. Tendo como pautas os seguintes assuntos: 1. Atas prontas, 2- Apresentação do PDVISA 2026, 3- Assuntos Gerais, com a presença de seis conselheiros titulares - Mario Jorge R. de Paiva (SEMUSA), Carlos Eduardo de O Gomes (ABEN), Luiz Eduardo Prado Lima-ASSOMERO, Aline Lázaro Ceará-Raízes, Katia Maria Diniz Macillo- AVISA, Eduardo Rodrigues-P.N.S. Conceição e um conselheiro suplente Maria Christina S.V. de Souza-SEMUSA. O presidente do Conselho sr. Carlos Eduardo-ABEN, cumprimentou os presentes, não tendo ata para aprovação, passou a palavra para o diretor da Vigilância Sanitária e Fiscalização (DEVISA) o sr. Ronald Rocha para apresentação do PDVISA (PLANO DIRETOR DE VIGILANCIA SANITARIA), o presidente do conselho explicou que o material da apresentação tinha sido encaminhado aos conselheiros para que no dia da apresentação fossem tiradas suas dúvidas, s.r. Ronaldo iniciou a apresentação falando como podemos nos preparar para enfrentar o desafio de planejar as ações, este Plano Diretor da Vigilância Sanitária é um instrumento estratégico e político nacional, no âmbito do SUS, projetado para fortalecer, organizar e descentralizar as ações do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, ele atua no planejamento de diretrizes, metas e resultados articulando estados e municípios para melhor fiscalização de produtos serviços e ambientes, explicou o processo de elaboração da programação, análise situacional, planilhas das ações de VISA, e as considerações finais, as áreas de atuações da VISA e formação requerida, conforme resolução SES-RJ N° 3191/2023, citou a Resolução SES-RJ n° 1058 de 06/11/2014, Art. 6° Os órgãos Municipais de Vigilância Sanitária, para o exercício das ações de vigilância devem...XV- Encaminhar ao Órgão Estadual de Vigilância Sanitária anualmente até 30 de setembro, após aprovação junto ao CMS, a Programação das Ações de Vigilância Sanitária referente ao ano subsequente. Após a finalização da apresentação, foi aberta a inscrição para questionamentos e esclarecimentos por parte dos conselheiros e representantes da sociedade civil presentes, o sr. Wilson elogiou a apresentação e fez alguns questionamentos: integração de ações da saúde e clima, 1- orçamento da saúde R\$ 260 milhões, mas ações climáticas



estão desconectadas dessa realidade, vincular parte dos recursos da vigilância epidemiológica R\$ 15 milhões e um sob programa específico de controle de doenças sensíveis ao clima, arbovirose e doenças de veiculação hídrica, aproveitando a estrutura existente para monitorar o impacto climático local, 2- gravar as reuniões do CMS, 3- se for prevista adaptações para os equipamentos comprados via emendas e se tem previsão de manutenção, respondendo os questionamentos do sr. Uilson, foi explicado que existe um programa vídeo desastres, Ronald responde ao sr. Uilson que esse plano é elaborado pelos técnicos, após a elaboração é apresentado para o CMS, o presidente pediu uma parte e falou que foi enviado aos conselheiros para análise e trazer suas dúvidas e apresenta ao conselho e a sociedade civil, o presidente falou que não seria uma votação e sim uma apreciação e depois emitir um parecer, Uilson perguntou caso seja colocado em votação pelo CMS, se depois poderia ficar em aberto para sociedade fazer comentários, Maria Christina pediu a palavra e esclareceu que é um plano diretor da vigilância sanitária com um formato fechado até por legislação, citou alguns exemplos, é diferente do Plano de Saúde com a participação de outros, sr. Marcio até levantou mais uma vez a questão de para-raios que não tem na cidade, sobre o segundo questionamento, o presidente falou que já solicitou a ASCONT suporte para reuniões do CMS, o terceiro questionamento não tinha ninguém da gestão para responder sobre este assunto, a sra. Izabel perguntou se houve treinamento cumprindo regras; foi respondido pela vigilância que teve uma equipe técnica. Foi feita uma pergunta em relação a saúde mental dos trabalhadores, a conselheira Maria Christina (também da vigilância sanitária), explicou que dentro da vigilância sanitária existe saúde do trabalhador dentro da estrutura da vigilância, na verdade a saúde do trabalhador esta dentro das 4 vigilâncias, a RN1 é mais vista pela saúde do trabalhador, esta apresentação é mais específica com da vigilância sanitária, a senhora falou que existe profissional no nosso município que estão desestabilizado para atender e alguns profissionais sofrendo algum problema psicológico, Maria Christina volta a repetir que este caso não é com a vigilância sanitária é com a equipe do trabalhador especificamente em nosso município o DESAS, citou alguns exemplos. Claudio perguntou sobre dotação orçamentaria, o município cresceu muito o quantitativo de empresas e observou que no ano de 2025 foi apresentado em relação ao orçamento sanitário um valor muito baixo, e outros milhões que são aplicados em outras áreas da saúde, praticamente repetiu do governo passado, diante do que foi apresentado, perguntou como se faz essa mágica? Ronaldo respondeu que a vigilância sanitária não tem essa dotação no momento, estão trabalhando para o plano e a criação das taxas, a vigilância precisa ter mais estruturas e fazer



treinamentos. A conselheira Katia perguntou se algum conselheiro fez questionamento? Foi respondido que não, passando a palavra para sra. Izabel, falou que na planilha que foi apresentada esta prevista levar treinamento para abordar estas instituições, Ronald respondeu: que no PDVISA não. A sra. Monalisa do instituto perola, uma paciente oncológica queria saber o que a vigilância sanitária ver em relação aos exames atrasados, pacientes com metástase com mais de seis meses na fila esperando, como a vigilância enxerga demora de atendimento no COGA, Ronald responde que na legislação da vigilância sanitária, não tem como responder isso, e sim se o local e adequado para as atividades e em relação se a documentação está correta. Monalisa pergunta se a vigilância não pode fazer essa cobrança, foi respondido que a vigilância não tem respaldo legal sobre esse assunto. O sr. Claudio falou sobre várias denúncias, o CMS foi chamado na Câmara para o estado de calamidade e perguntou se o presidente do conselho já ligou para saber do roubo dos remédios. O Presidente falou que o conselho vai fazer um parecer e encaminhar para vigilância sanitária com as questões e dúvidas dos conselheiros. Passando para os assuntos gerais, o presidente do conselho comunicou da reunião do Fórum da Baixada Litorânea, chamou a conselheira Katia para falar sobre os e-mails que ela mandou e não obteve respostas, foi respondido que os e-mails foram encaminhados para os setores correspondentes, Katia perguntou sobre a compra de aparelhos de otorrinos e outros tipos de aparelhos que foram comprados e a principio seriam colocados no Centro de Saúde, o conselho não sabia desta informação, a conselheira falou de várias fiscalizações feitas pela comissão, onde ela tirou foto, foi feito relatórios e nada foi resolvido, em relação a alimentação do hospital, do tratamento que na qual eles da comissão de fiscalização do conselho foi recebido com falta de respeito. O sr. Mario Celio conselheiro do POP, relatou na reunião que levou um amigo na UPA, foi mal atendido pela medica da UPA, o ultimo recurso foi levar para o Pronto Socorro, onde também foi mal atendido e ficou três dias sem alimentação, levaram para UPA e nem fizeram um exame de sangue, tiveram que fazer particular, Marcelo do POP falou do apoio que deu para a família, o paciente em estado terminal no Pronto Socorro estado crítico, tiveram que levar roupa de cama para colocar no leito, porque não tinha, um absurdo!. A sra. Izabel fala da quantidade de mães que estavam na porta do NASCA para conseguir uma vaga para ser atendido. O sr. Claudio citou um trecho do hino de Rio das Ostras, cidade mãe e de quem vem pra ela, depois falou que o secretario e o presidente do FMS não estavam presentes na 1ª reunião do conselho, o presidente do conselho disse que foi encaminhado um oficio solicitando a presença deles e o conselho não obteve resposta, o conselheiro Eduardo disse que os conselheiros tem



que se unir para cobrar o que não estão sendo respondidos, a importância das reuniões do conselho um órgão fiscalizador que não tem trabalhado sendo omissos em alguns casos. Reunião terminou do que era para constar, lavro a presente ata para fins de registros, baseado na gravação dos áudios que será assinada pelo sr. Carlos Eduardo de Oliveira Gomes, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rio das Ostras.

Carlos Eduardo de Oliveira Gomes

Presidente do CMS-RO